



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Goiatins o EDITAL de Licitação referente à PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2.021 FMAS-G. Objeto: Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, preparação do corpo e/ou membros, traslados para atendimentos munícipes em vulnerabilidade social e outros serviços conforme edital e anexos.

Nome do Licitante: _____
CNPJ (CPF) N°: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **Cidade:** _____
Telefone () _____ **FAX: ()** _____
E-mail: _____
Contato: _____

IMPORTANTE: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER PREENCHIDO (DIGITADO) E ENVIADO ATRAVÉS DO E-MAIL: PMGOIATINSLICITACAO@GMAIL.COM.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Goiatins não se responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

Fone para contato (63) 34691494

Pregão Presencial SRP Nº 002/2.021, tipo Menor Preço Por Item. Objeto Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, preparação do corpo e/ou membros, traslados para atendimentos munícipes em vulnerabilidade social e outros serviços conforme edital e anexos. O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos no dia e horário conforme item 1.2. do respectivo EDITAL, na Prefeitura desta Municipalidade, situada na Praça Montano Nunes, CEP: 77.770-000 – Centro, Goiatins - TO. Informações: Tel. (63) 3469-1494. Carlos Alegtyoone Costa Dias – Pregoeiro.

Assinatura/Carimbo



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 002/2021
SEÇÃO I - DO PREÂMBULO

1.1. O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS**, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.531.807/0001-30, com sede, na rua Primeiro de Janeiro S/N, centro, Goiátins -TO, neste ato representado pela gestora a Sra. Ana Reis Lopes da Silva, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 885.468.451-15, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, traslados e outros serviços conforme Termo de Referência, cuja licitação foi autorizada nos autos do Processo Interno nº 002/2.021, a fim de selecionar a melhor proposta, obedecendo às condições estatuídas neste Edital e reger-se-á pela legislação aplicável, em especial pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Estadual 6.081/2000, Lei Complementar nº 123/2006, LC 147/2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

1.2. DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”	
---	--

DIA:	22 de março de 2.021.
-------------	-----------------------

HORÁRIO:	09h30min (Nove horas e trinta minutos) (horário local do Tocantins).
-----------------	--

LOCAL:	Rua Primeiro de Janeiro, s/n, Centro, CEP: 77.770-000, Cidade de Goiátins-TO.
---------------	---

1.3. O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico <https://www.goiatins.to.gov.br/>, ou poderá ser solicitado impresso junto à (ao) Pregoeira(o), na sede desta deste órgão no endereço a cima mencionado no item 1.2. ao custo de R\$ 0,20 (vinte centavos) por folha, a ser depositado em conta da FMAS-G ou pelo e-mail: pmgoiatinslicitacao@gmail.com/ Maiores informações Tel: (63) 3469-1494, no horário de expediente de segunda-feira à sexta-feira 07h00min as 13h00min.

1.4. Se no dia acima agendado para abertura da sessão não houver expediente no órgão, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de Goiátins/TO que se seguir.

1.5. No local indicado no tópico 1.3. Deste Edital, serão realizados os procedimentos pertinentes ao Pregão, relativos ao (à):



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- 1.5.1. Credenciamento do(s) representante(s) legal (ais) da(s) licitante(s);
- 1.5.2. Recebimento dos envelopes “Proposta” e “Documentos de Habilitação”;
- 1.5.3. Abertura do(s) envelope(s) “Proposta”;
- 1.5.4. Divulgação da(s) licitante(s) classificada(s) e da(s) desclassificada(s);
- 1.5.5. Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
- 1.5.6. Abertura do(s) envelope(s) “Documentação” da(s) licitante(s) detentora(s) do(s) menor (es) preço(s);

1.6. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no site oficial da FMAS-G- /TO (<https://www.goiatins.to.gov.br/>), no Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOE/TO) e no que couber no Diário Oficial da União (DOU), salvo com referência àquelas que lavradas em Ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de Ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a) julgamento deste Pregão;
- b) recursos porventura interpostos.

1.6.1. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação será divulgado mediante publicação de notas na página web, no endereço <https://www.goiatins.to.gov.br/>, opção “Licitações”, ficando os licitantes interessados obrigados a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

SEÇÃO II - DO OBJETO

2.1. Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, preparação do corpo e/ou membros, traslados para atendimentos municipais em vulnerabilidade social e outros serviços conforme edital e anexos.

2.1.1. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa aquisição está fundamentado no Decreto nº 7.892/2013, haja vista a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido pela Administração.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

2.1.2. As aquisições ofertadas pelas licitantes deverão, **OBRIGATORIAMENTE**, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização.

2.1.3. Conforme o Art. 15. [...] § 4º A existência de preços registrados **não obriga a Administração a firmar as contratações** que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2.1.4. O Fundo Municipal de Assistência Social de Goiátins **não será obrigado a adquirir os itens e valores ora registrados**. O art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, ratifica esse posicionamento, haja vista que o detentor do registro tem o **direito de preferência** em ser contratado pela Administração Pública no fornecimento do bem registrado, em igualdade de condições.

SEÇÃO III - DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. O Termo de Referência foi devidamente assinado pelo Sr. Odair Andrade Quixaba, Coordenadora do CRAS. O presente Processo nº 002/2.021 servirá de base para todo o procedimento licitatório.

SEÇÃO IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. Consoante autorização de compras/serviços da Diretoria de Orçamento, Administração e Finanças, a despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:13 - Fundo Municipal de Assistência Social de - FMAS;

PROGRAMAS:

13- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– FMAS;

13.17.08.244.1348.2.074 – Manutenção do Fundo Municipal de Ação Social;

13.17.08.244.1348.2.094 – Benefícios Eventuais;

Ficha; 000331 – Fonte: 0010.00.000 e 0701.00.000

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita; - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

SEÇÃO V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

5.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente aos serviços licitados deste certame, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrarem sobre falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, bem como aqueles relacionados no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

5.2.1. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

5.3. Só serão aceitas cópias legíveis.

5.3.1. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas,

5.3.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

SEÇÃO VI - ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial desta Municipalidade, que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) HORAS ÚTEIS para respondê-las.

6.2. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;

6.3. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e legislação vigente.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

6.4. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

SEÇÃO VII - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES).

7.1. A(s) empresa(s) participante(s) deverá (ao) se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal, o qual deverá estar munido da sua carteira de identidade (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional), sendo o único admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada.

7.1.1. O credenciamento será efetuado com a entrega da seguinte documentação:

1. se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa:

a.1) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

a.2) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

a.3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

2. se representante legal:

b.1) Procuração (pública ou particular) da licitante, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, notadamente para formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, COM FIRMA RECONHECIDA; ou,

b.2) documento equivalente (termo de credenciamento – modelo/Anexo II) da licitante, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, notadamente para a formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, COM FIRMA RECONHECIDA.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

3. se empresa individual, o registro comercial.

OBSERVAÇÕES:

- se o reconhecimento de firma for em nome da pessoa física, o instrumento deve estar acompanhado do ato constitutivo da empresa (Estatuto/Contrato Social), que comprove a legitimidade do outorgante; - se o reconhecimento de firma for em nome da pessoa jurídica (empresa licitante), fica dispensada a apresentação do ato constitutivo, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário;

- o representante deverá, obrigatoriamente, apresentar o reconhecimento de firma em nome de pessoa física ou jurídica (empresa licitante) **ATUALIZADO**, pois, caso o outorgante não faça mais parte da sociedade, a empresa será inabilitada na fase de “Habilitação”. - caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a procuração (pública ou particular) ou o documento de credenciamento (Anexo II), a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, sendo a empresa inabilitada na fase de “Habilitação”.

7.2. O representante legal da licitante que não se credenciar perante ao Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativa a este Pregão.

7.2.1. Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

7.3. No momento do credenciamento deverão ser entregues à (ao) Pregoeira (o) os seguintes documentos **FORA DOS ENVELOPES**:

7.3.1. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III;

7.3.2. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP e também MEI a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA** expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO VALIDADA PELA JUNTA COMERCIAL**;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

7.3.3. O Microempreendedor Individual para participar deve estar em conformidade com a Lei Complementar 128/2008.

7.3.3.1. A apresentação da certidão/declaração referida no item anterior deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 128/2008;

7.3.3.2. A certidão/declaração deverá ter sido emitida neste exercício, ou seja, 2.021 ou em 2.020 ainda dentro de prazo de validade de 06 (seis) meses, sob pena de não aceitabilidade.

OBSERVAÇÃO – A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

SEÇÃO VIII - DAS SITUAÇÕES ESPECIAIS NO ATO DE CREDENCIAMENTO

8.1. Na hipótese dos documentos que comprovam a regularidade da outorga de credenciamento (estatuto, contrato social etc), a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação ou qualquer outro documento referente à fase de credenciamento, que por equívoco esteja dentro dos envelopes de Proposta ou de Habilitação, poderão ser retirados dos respectivos envelopes, pelo próprio representante, que procederá a novo lacramento do envelope.

8.2. Na fase de credenciamento será permitida ao representante da empresa licitante retirar os documentos necessários que porventura estejam dentro dos envelopes de proposta e/ou de habilitação para providenciar as cópias para complementar a documentação para o credenciamento, devendo em seguida lacrar os referidos envelopes.

8.3. O Pregoeiro poderá autenticar os documentos referentes ao certame, desde que lhe sejam apresentados os respectivos originais no ato do credenciamento.

8.4. Não precisa do termo de credenciamento (Anexo II deste Edital) e/ou de procuração: o sócio-gerente, o administrador eleito, o proprietário ou assemelhado, devendo estes apresentar os documentos previstos na alínea “a” da do item 7.1.1. deste Edital.

SEÇÃO IX - DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

9.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com o que prescreve a Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 013/2018, e Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 014/2018, Lei



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

Complementar nº 123/2006, LC 147/2014, Decreto Municipal nº 012/2018 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e em conformidade com este Edital e seus anexos.

9.2. Na data e hora aprazadas, constantes do preâmbulo deste Edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deverá se credenciar junto ao Pregoeiro na forma do item 7.1 e seguintes.

9.3. Até o término do credenciamento será permitido o ingresso de novos proponentes uma vez que a sessão ainda não terá se iniciado.

9.4. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes de proposta e habilitação apresentados pelos proponentes credenciados ou não.

9.5. Os proponentes entregarão ao Pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que, com a abertura do ENVELOPE Nº 1, dar-se-á início à fase de classificação.

9.6. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo, não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

SEÇÃO X - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (Envelope nº 1)

10.1. As licitantes deverão apresentar ENVELOPE LACRADO, tendo na parte frontal os seguintes dizeres:

AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS/TO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 002/2021 ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) (CNPJ/MF DA EMPRESA) (ENDEREÇO DA EMPRESA)

10.2. As propostas deverão ser apresentadas em original, impressa por qualquer processo eletrônico, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e dela devem constar:

10.2.1. Papel timbrado da empresa, ou identificado com a Razão Social e carimbo do CNPJ (MF), endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, devidamente datada com a última folha



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

contendo a indicação e assinatura do representante legal da empresa, do banco, da agência e dos respectivos códigos e número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento, bem como a indicação do nome, número dos documentos pessoais e qualificação (cargo/função ocupada) do responsável pela assinatura do contrato;

10.2.1.1. a falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal da licitante com poderes para esse fim presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta; e

10.2.1.2. a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 02 – “Documentos de Habilitação”.

10.2.2. Especificação das aquisições de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todos os produtos ofertados.

10.2.3. Cotação dos preços dos itens ofertados com base no “Termo de Referência” constante do Anexo I e na forma do Anexo VI – “Modelo de Proposta de Preços”, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas.

10.2.3.1. A licitante deverá indicar os preços unitário por itens, fixos e irremovíveis;

10.2.3.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos todas as despesas relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros, encargos sociais e fretes, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

10.2.3.3. Só serão aceitos preços em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos;

10.2.3.4. A cotação apresentada para efeito de julgamento será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear alteração.

10.2.4. Indicação do prazo de validade da proposta, ressalvado o disposto no presente subitem:

10.2.4.1. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentos de Habilitação”, conforme Instrução Normativa Nº 5/2014, Art.2º § 4º, do Ministério Planejamento.

10.2.4.2. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na “Proposta”, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

10.3. Se por motivo de força maior, a adjudicação não ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse deste FUNDO MUNICIPAL, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

10.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

10.5. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que:

10.5.1. Contiverem cotação de objetos diversos daqueles requeridos nesta licitação;

10.5.2. Não atendam às exigências deste Edital;

10.5.3. Apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

10.5.4. Apresentar valor superior a 10% da proposta de menor preço e estiver fora das 3 (três) melhores propostas.

SEÇÃO XI. DA HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)

11.1. As empresas deverão apresentar envelope lacrado contendo na parte frontal os seguintes dizeres:

AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS/TO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 PROCESSO Nº 002/2021 ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) (CNPJ/MF DA EMPRESA) (ENDEREÇO DA EMPRESA)
--

11.2. Com vistas à habilitação a licitante deverá apresentar no Envelope nº 2 os documentos a seguir listados:

a) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Federal, emitida pela Secretaria da Receita Federal;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- b) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria competente;
- c) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria competente;
- d) Certidão Negativa de Débito (CND/INSS), perante a Seguridade Social;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- f) Certidão Negativa de Débito (CNDT), perante a Justiça do Trabalho;
- g) Certidão de Ação Trabalhista da 10ª Região (TRT10);
- h) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- i) declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital;
- j) declaração de que: não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e, inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento do disposto no art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital;
- k) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- l) Balanço Patrimonial na Forma da Lei (Reconhecido na junta comercial);

Observação:



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

a) O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

b) Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

c) Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

11.3. As certidões que não declararem expressamente o período de validade, para os fins desta licitação, deverão ter sido emitidas nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “Proposta” e “Documentos de Habilitação”, salvo quanto a Certidão e/ou Declaração de enquadramento de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte – EPP.

11.4. O envelope de Habilitação que não for aberto durante a licitação deverá ser retirado junto à Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de abertura da sessão, sob pena de inutilização.

11.5. As ME's, EPP's e MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11.5.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's, EPP's e MEI, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5.2. Poderá haver prorrogação do prazo para a regularização fiscal desde que a interessada apresente requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a(o) Pregoeira(o).

11.5.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

11.5.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.6. Se o detentor da melhor proposta desatender as exigências previstas neste Edital, será INABILITADO, e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

11.7.1. No prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou cumprir o disposto nos subitens acima; e,

11.7.2. Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

a) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.8. Da sessão lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos proponentes presentes.

SEÇÃO XII. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Goiátins, Estado do Tocantins, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro.

12.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, caso o Pregoeiro não tenha se retratado de sua decisão, a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social adjudicará e homologará o procedimento licitatório ao licitante vencedor, e após será realizada a assinatura da Ata de Registro de Preço nos termos da Minuta em anexo, ou se a entrega for integral e imediata, o respectivo instrumento contratual poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos do art. 62, caput e §4º da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

SEÇÃO XIII. DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal e fatura correspondentes aos serviços prestados e/ou itens entregues. O pagamento apenas será efetivado após verificação da regularidade fiscal junto ao Departamento de Fiscalização, ou se for o caso, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim;

13.2. O pagamento será efetuado até o 30º (trigéssimo) dia útil podendo ser prorrogado por igual período, a partir do “Atesto” da Nota Fiscal pelo Fiscal de Contratos e/ou pelo Chefe de Divisão de Compras e Licitação, mediante depósito bancário em conta corrente da contratada;

13.3. O CNPJ da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na nota de empenho e vinculado à conta corrente.

SEÇÃO XIV. DAS SANÇÕES

14.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a classificada em primeiro lugar, poderá sujeitar às penalidades seguintes:

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- e) O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro do FMAS-G/TO, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

f) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a proponente deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes.

14.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo FMAS-G/TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

14.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei 8.666/93.

14.4. A inexecução total ou parcial do contrato poderá Administração, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.

14.5. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e Leis subsidiárias; sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

SEÇÃO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

15.2. Os julgamentos e demais decisões e/ou comunicações proferidas pelo pregoeiro, quando não proferidos em audiência pública, serão publicados no Mural de Publicações do Fundo Municipal de Assistência Social de Goiatins-TO.

15.3. As cláusulas relativas aos prazos e vigência contratual, condições gerais, obrigações da contratada e do contratante, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, estão previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato e deverão ser atendidas na íntegra pela(s) Contratada(s).

15.4. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Goiatins TO, quando não resolvidas administrativamente.

15.5. Os serviços deverão ser prestados no Município de Goiatins, sendo proibida a subcontratação.

15.6. A família do falecido deverá requisitar o serviço funerário no Plantão de Atendimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia simples do comprovante de residência (conta de água, luz ou carnê de IPTU) do falecido, atestando que este residia neste Município;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- b)** Cópia simples do comprovante de renda familiar (contra cheque, carteira profissional ou declaração de rendimentos fornecida pelo empregador);
 - c)** Em caso de desemprego (apresentar cópia simples da carteira de trabalho);
 - d)** Declaração de próprio punho, caso a renda familiar seja adquirida por meio de trabalho informal;
- 15.7. Fora do horário de trabalho do FMAS a família deverá procurar a CONTRATADA para prestar os serviços funerais, inclusive sábados, domingos e feriados. A família deverá apresentar à CONTRATADA os documentos mencionados na cláusula anterior supramencionados.

15.8. Serão beneficiadas as famílias com renda máxima de até 03 (três) salários mínimos vigentes;

15.9. A CONTRATADA deverá apresentar à FMAS os comprovantes dos serviços prestados no primeiro dia útil após a liberação dos mesmos, para a fiscalização e comprovação dos documentos apresentados pela família do (a) falecido (a), para liberação da fatura dos serviços prestados pela CONTRATADA.

15.10. O número de serviços prestados e o fornecimento de urnas funerárias ficarão limitados no seu total em até 50 (cinquenta) por mês

15.11. O atendimento dos serviços funerários para famílias de baixa renda não sofrerá modificações de trato e/ou processo discriminatório no atendimento e horário.

15.12. A família do falecido não poderá arcar com nenhum tipo de ônus;

15.13. A CONTRATADA, prestadora de serviços, deverá manter plantão de 24 horas de segunda-feira a domingo, inclusive nos feriados;

15.14. O preço oferecido deverá ser estabelecido por item, devendo estar incluído o fornecimento de urna funerária, mão-de-obra e todos os encargos decorrentes.

15.15. A CONTRATADA deverá vestir e transportar o falecido para a capela mortuária dos cemitérios do Município, caso não hajam capelas mortuárias disponíveis para o local do velório indicado pela família do falecido no perímetro municipal, fornecer câmara ardente para o velório e transportar a urna do local onde se encontra até o Cemitério Municipal;

15.16. A CONTRATADA deverá orientar os familiares sobre a documentação que deverá OBRIGATORIAMENTE ser apresentada por parte dos familiares e quando o falecimento ocorrer, facultar o acompanhamento de um familiar nos procedimentos e remoções;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

15.17. Quando necessário, A CONTRATADA deverá trasladar o corpo do falecido do IML – Instituto Médico Legal/e/ou hospitais de outras cidades para a capela mortuária de um dos cemitérios do Município, caso não haja capelas mortuárias disponíveis para o local do velório indicado pela família do falecido no perímetro municipal, o mesmo deverá ser trasladado ao local do velório indicado pela família do falecido, devendo ser obrigatoriamente dentro do perímetro Municipal;

15.18. A CONTRATADA deverá fornecer urna funerária, modelo sextavada ou reta, na cor nogueira e envernizada (adulta) e branca (infantil), com caixa em madeira, confeccionada em material resistente compatível ao transporte do corpo a ser sepultado, ambas forradas com material plástico, com alças e chavetas metálicas, devendo seguir as especificações contidas no modelo de propostas;

15.19. A CONTRATADA deverá cumprir a Lei nº 6503 e o Decreto nº 24.430 que regulam a Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Pública, Subsecção XVI, artigo 311, item III, IV e V:

“III – Todo cadáver que for transportado da Capital para outro município, deve ser feito em caixão de zinco hermeticamente fechado, o que deverá ser constatado por funcionário da Secretaria da Saúde. No caso da morte ter sido por doença transmissível, a exigência do caixão de zinco em hipótese alguma poderá ser dispensado”.

IV – “Se o cadáver tiver que permanecer insepulto por menos de 24 horas poderá a juízo da autoridade sanitária, ser dispensado o caixão de zinco, desde que a causa da morte não tenha sido doença transmissível, e que as condições do corpo permitam o transporte em caixão de madeira”.

V – “Se o cadáver a ser trasladado permanecer insepulto por mais de 24 horas, é obrigatória a formalização do mesmo”.

SEÇÃO XVI. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Ao Gestor do FMAS do Município de Goiatins compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2. A anulação do Pregão induz à da ata;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

16.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

16.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

16.6. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

16.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

16.8. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

16.9. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão às últimas.

16.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do FMAS-G/TO, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

16.11. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento do art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93;

Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento do art. 32, § 2º da Lei n.º 8.666/93;

Anexo VI – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

Anexo VIII - Minuta de contrato

16.12. Ao FMAS-G/TO reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo as licitantes o direito de indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

16.13. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem este Pregão desde que argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão do certame no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, ou pelo telefone (63) 3442-1232, no horário de 08 às 12 e de 14 às 18 horas, ou ainda pela página.

16.14. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993.

16.15. É competente o Foro da Comarca de Goiatins/TO para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Goiatins/TO, 04 de Março de 2021.

ANA REIS LOPES DA SILVA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 002/2021

1. JUSTIFICATIVA

1.1. A aquisição dos materiais abaixo relacionados visa o atendimento de material de e serviços de distribuição gratuita em atendimento aos munícipes em vulnerabilidade social: Urnas funerárias e serviços na preparação do corpo e/ou membros e traslados e etc, no exercício de 2021, via procedimento licitatório, nos termos da Lei 10.520/2.002, através de Ata de Registro de Preços, e deverá cumprir o estabelecido nas Leis Complementares 123/2.006 e 128/2.008, as quais se referem aos benefícios de contratação em tratamento diferenciado de Micro Empresas e Empresas de Pequenos Portes e Microempreendedores Individuais. A entrega será efetuada mediante solicitação feita pelo Departamento de Compras, conforme descrito no item 3, deste Termo de Referência.

2. OBJETO:

2.1. Aquisição dos materiais e serviços de distribuição gratuita tais como: Urnas funerárias e serviços na preparação do corpo e/ou membros e traslados e etc, destinados a atender aos munícipes em situação de vulnerabilidade social junto ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** no exercício de 2021.

3. DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

LOTE 01: URNAS FUNERÁRIAS.

ITENS	QUANT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VLR UNIT	VALOR TOTAL (R\$)
01	50	Urna Simples, tamanho adulto, medindo no mínimo 1m90cm (um metro e noventa centímetros) confeccionada em madeira de pinos, na cor nogueira e envernizada com uma demão de selador, sextavada com 06 (seis) alças fixas, forração no casco e no tampo e com quatro chavetas de chapinha em metal como acabamento e acompanhando um travesseiro tamanho e tipo padrão.	1.100,00	55.000,00



ESTADO DO TOCANTINS
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CNPJ 12.531.807/0001-30
 ADM: 2021/2024

02	10	Urna com Visor, tamanho adulto, medindo acima de 1m90cm (ou obesos) confeccionada em madeira de pinos, na cor nogueira e envernizada com uma demão de selador, sextavada com 06 (seis) alças fixas, forração no casco e no tampo e com quatro chavetas de chapinha em metal como acabamento e acompanhando um travesseiro tamanho e tipo padrão.	1.350,00	13.500,00
03	20	Urna tamanho infantil confeccionada em madeira de pinos, pintura na cor branca, com uma demão de selador, sextavada, com alças fixas e forração no casco e no tampo, com quatro chavetas de chapinha em metal como acabamento e acompanhando um travesseiro tamanho e tipo padrão.	560,00	11.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 79.700,00

LOTE 02: SERVIÇOS

ITENS	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VLR UNIT	VALOR TOTAL (R\$)
01	10	SRV	(obs.: FORMOLIZAÇÃO para cadáveres insepultos quando o período do óbito estiver compreendido por menos de 24 horas a 48 horas e causa de morte que seja por doença infectocontagiosa).	1.210,00	12.100,00
02	30.000	KM	Translado km	2,80	80.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE II					R\$ 96.100,00
VALOR GLOBAL					R\$ 175.800,00



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

3.1. O Fundo Municipal de Assistência Social de Goiatins **não será obrigado a adquirir os itens e valores ora registrados**. O art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, ratifica esse posicionamento, haja vista que o detentor do registro tem o **direito de preferência** em ser contratado pela Administração Pública no fornecimento do bem registrado, em igualdade de condições.

4. PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

4.1 A entrega deverá ser efetuada imediatamente conforme SOLICITAÇÃO que será feita pelo Setor Responsável que estará agregado a este Fundo, conforme necessidade deste Fundo, devendo a entrega do referido material e/ou serviço prestado junto ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, em qualquer dia e horário.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, bem como aplicáveis aos casos de subcontratação.

5.2 . Durante a execução do contrato a CONTRATADA deverá:

- a) atender prontamente às solicitações do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** no fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, de acordo com a necessidade desta Municipalidade, a partir da solicitação que será feita pelo Setor Responsável que estará agregado a este Fundo;
- b) entregar o material acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal discriminado o quantitativo do produto de acordo com as especificações técnicas;
- c) apresentar a nota fiscal de fornecimento juntamente com as Certidões de Regularidades Fiscal;
- d) substituir qualquer material que não esteja dentro dos padrões de qualidade, em bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações da nota de empenho;
- e) indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS – FMAS** ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

f) manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

g) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;

h) comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado;

i) responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente ao transporte e seguro quando da entrega dos materiais.

5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da FMAS-G/TO.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicável ao contrato;

6.2 . Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

6.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos adquiridos e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados;

6.4 processar e liquidar a fatura correspondente aos valores, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

6.5. Acompanhar, controlar e avaliar os materiais através da unidade responsável por esta atribuição;

6.6 Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS e SERVIÇOS

7.1. Serão considerados para efeito de pagamento os materiais efetivamente entregues pela CONTRATADA e aprovados pelo servidor responsável pelo recebimento dos mesmos, em conjunto com a comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com este TERMO DE REFERÊNCIA;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

7.2. Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pelo recebimento dos materiais, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a vigência do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos produtos;

8.2 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial;

8.4 Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante;

8.5 As reuniões, caso ocorram, serão documentadas em Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização do contrato e conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos devidos, serão efetuados conforme a entrega;

9.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os produtos discriminados, após a Solicitação de Fornecimento feita pela Divisão de Materiais;

9.3 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

9.4 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil podendo ser prorrogado por igual período, a partir do atesto da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento em conjunto com o Gestor do Contrato e o Departamento de Compras, mediante depósito na conta bancária da contratada;

9.5 Os materiais deverão ser entregues no momento da solicitação e os serviços prestados conforme exige a demanda, sendo, rigorosamente, aquele descrito na nota de empenho. Na hipótese de entrega de produto divergente o pagamento ficará suspenso até a sua respectiva regularização.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

10.1 O gestor do contrato será designado através de Portaria após a realização dos procedimentos licitatórios.

11. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

11.1 A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar a partir da data de sua assinatura.

12. ASSINATURA DOS SOLICITANTES

Goiatins/TO, 04 de Março de 2021.

ODAIR ANDRADE QUIXABA
Coordenador do CRAS



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO II CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, ESTADO DO TOCANTINS, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2.021, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. _____,

em ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal
(Firma reconhecida como pessoa jurídica)

Nome do Diretor ou Representante Legal

OBSERVAÇÕES:

- se o reconhecimento de firma for em nome da **pessoa física**, o instrumento deve estar acompanhado do ato constitutivo da empresa (**Estatuto/Contrato Social**), que comprove a legitimidade do outorgante;
- se o reconhecimento de firma for em nome da **pessoa jurídica (empresa licitante)**, fica dispensada a apresentação do ato constitutivo, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário.
- o representante deverá, obrigatoriamente, apresentar o reconhecimento de firma em nome de pessoa física ou jurídica (empresa licitante) **ATUALIZADO**, pois, caso o outorgante não faça mais parte da sociedade, a empresa será inabilitada na fase de “Habilitação”.
- caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a **procuração (pública ou particular)** ou o **documento de credenciamento (Anexo II)**, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, sendo a empresa inabilitada na fase de “Habilitação”.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

**ANEXO III
(MODELO)**

**DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO
(EM ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, referente ao PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2.021, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

_____, em ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal.

OBS.: -

ESTE DOCUMENTO, TAMBÉM, DEVERÁ SER ENTREGUE NO ATO DO CREDENCIAMENTO, OU SEJA, FORA DOS ENVELOPES.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO IV
(MODELO)
DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E
ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CF.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/____ e CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis).

*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

_____, em ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal

OBS.:

- ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR CONTIDA NO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO.

- OBSERVAÇÃO: EM CASO AFIRMATIVO, ASSINALAR A RESSALVA ACIMA.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO V
(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 32, § 2º DA LEI Nº 8.666/93
(em papel timbrado da licitante)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS – FMAS** que:

- não nos encontramos declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- inexistente fato superveniente impeditivo de habilitação.

_____, em ____ de _____ de 2021.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

OBS:

- ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA;

- ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR CONTIDA NO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

**ANEXO VI
MODELO**

PROPOSTA DE PREÇOS
(em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2.021
Ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, em conformidade com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2.021.

Portanto, oferecemos a esse Órgão o preço a seguir indicado, para a realização dos serviços descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qtde.	VI. Unit.	VI. Total
Valor Global						

**Obs: O proponente deve, obrigatoriamente, descrever os produtos efetivamente ofertados, se vinculando tão somente às exigências mínimas constantes no presente Edital.*

O VALOR TOTAL GERAL para o(s) grupo(s) ofertado(s) por esta empresa é de: R\$ _____ (_____).

DADOS DA EMPRESA, PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO:

- a) Razão Social: _____;
b) CGC (MF) nº: _____;
c) Inscrição Estadual nº: _____;
d) Endereço: _____;
e) Fone: _____ Fax (se houver): _____;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- f) CEP: _____; e
g) Cidade: _____ Estado: _____;
h) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____.

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO, PREENCHIMENTO
OBRIGATÓRIO:

Nome: _____;
RG nº: _____;
CPF nº: _____;
Cargo/Função ocupada: _____;
Fone: _____.

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias), conforme IN
05/2014 do MPOG, contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Interno nº 002/2.021
Pregão Presencial nº 002/2.021.
Ata de Registro de Preços nº ____/2.021.

1. Aos xx dias do mês de xxxxx do ano de 2021, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS**, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.531.807/0001-30, com sede, na rua Primeiro de Janeiro S/N, centro, Goiatins -TO, neste ato representado pela gestora a Sra. Ana Reis Lopes da Silva, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 885.468.451-15, nos termos das Leis, Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 5.344/2015 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, considerando a classificação das propostas e a respectiva homologação da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2021, **RESOLVEM** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, destinado às aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei, Decretos e Portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2. DO CONTEMPLADO EM 1º LUGAR (VENCEDOR)

Fornecedor:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço/CEP:	
E-mail:	
Itens:	

3. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1 OBJETO: Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, preparação do corpo e/ou membros, traslados para atendimentos municipais em vulnerabilidade social e outros serviços conforme edital e anexos.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

3.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALORES

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qtde.	VI. Unit.	VI. Total
Valor Global						

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

4.1. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.2. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador e, no caso, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.2.1. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

4.2.2. É expressamente vedada à subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de anulação da contratação e da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado, com fulcro na legislação vigente, quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

d) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a proponente deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes.

6.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS – FMAS** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei 8.666/93.

6.4. A inexecução total ou parcial do contrato poderá Administração, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.

6.5. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e Leis subsidiárias; sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

6.5.1 Cometer fraude fiscal;

6.5.2 Apresentar documento falso;

6.5.3. Fizer declaração falsa;

6.5.4 Comportar-se de modo inidôneo;

6.5.5 Deixar de entregar a documentação exigida no certame.

6.5.6 Não mantiver a proposta.

6.5.7 Para os fins do item 6.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

7. PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega deverá ser efetuada imediatamente conforme SOLICITAÇÃO que será feita pelo Setor Responsável que estará agregado a este Fundo, conforme necessidade deste Fundo,



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

devendo a entrega do referido material e/ou serviço prestado junto ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, em qualquer dia e horário.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, bem como aplicáveis aos casos de subcontratação.

8.2 Durante a execução do contrato a CONTRATADA deverá:

- a) atender prontamente às solicitações do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** no fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações desta ATA DE REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a necessidade desta Municipalidade, a partir da solicitação que será feita pelo Setor de Almoxarifado;
- b) entregar o material acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal discriminado o quantitativo do produto de acordo com as especificações técnicas;
- c) apresentar a nota fiscal de fornecimento juntamente com as Certidões de Regularidades Fiscal;
- d) substituir qualquer material que não esteja dentro dos padrões de qualidade, em bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade com as especificações da nota de empenho;
- e) indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;
- f) manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;
- h) comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado;
- i) responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente ao transporte, embalagem e seguro quando da entrega dos materiais.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

8.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Serão considerados para efeito de pagamento os materiais efetivamente entregues pela CONTRATADA e aprovados pelo servidor responsável pelo recebimento dos mesmos, em conjunto com a comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com esta ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

9.2. Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pelo recebimento dos materiais, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Consoante autorização de compras/serviços da Diretoria de Orçamento, Administração e Finanças, a despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:13 - Fundo Municipal de Assistência Social de - FMAS;

PROGRAMAS:

13- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– FMAS;

13.17.08.244.1348.2.074 – Manutenção do Fundo Municipal de Ação Social;

13.17.08.244.1348.2.094 – Benefícios Eventuais;

Ficha; 000331 – Fonte: 0010.00.000 e 0701.00.000

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita; - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

11. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

11.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

11.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos adquiridos e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados;

11.4. Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor mensal, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

11.5. Acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços, através da unidade responsável por esta atribuição;

11.6. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

12. DA VIGÊNCIA

12.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar a partir da data da publicação.

13. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Será designado através de Portaria, pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, Estado do Tocantins, após a realização dos procedimentos licitatórios.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a vigência do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos produtos;

14.2 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial;

14.4 Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante;

14.5 As reuniões, caso ocorram, serão documentadas em Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização do contrato e conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

15. DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos devidos, serão efetuados conforme a entrega;

15.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os produtos discriminados, após a Solicitação de Fornecimento feita pela Divisão de Materiais;

15.3 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

15.4 O pagamento será efetuado até o **30º (trigésimo)** dia útil podendo ser prorrogado por igual período, a partir do atesto da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento em conjunto com o Gestor do Contrato e ao Departamento de Compras, mediante depósito na conta bancária da contratada;

15.5 Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação, sendo, rigorosamente, aquele descrito na nota de empenho. Na hipótese de entrega de produto divergente o pagamento ficará suspenso até a sua respectiva regularização.

16. DOS TRIBUTOS

16.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários e encargos sociais resultantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social. Em caso algum, a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; entre a mesma e seus empregados.

17.1 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

17.1 A presente Ata de Registro de Preço vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação nº 002/2021 (Pregão Presencial SRP) e aos termos da proposta vencedora.

18. DO FORO



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata, elegem as partes o Foro da Comarca de Goiatins/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e no processo em epígrafe.

20. DAS ASSINATURAS

20.1. Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Goiatins, do Estado do Tocantins, bem como o representante da (s) empresa(s) vencedora (s).

Goiatins/TO, _____ de _____ de 2021.

Fundo Municipal de Assistência Social de Goiatins/TO
Ana Reis Lopes da Silva
Gestora

Empresa
Nome do representante
Representante



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2021 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS A
EMPRESA ____

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.531.807/0001-30, com sede, na rua Primeiro de Janeiro S/N, centro, Goiatins -TO, neste ato representado pela gestora a Sra. Ana Reis Lopes da Silva, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 885.468.451-15, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida _____, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela sua sócia _____, Cédula de Identidade nº _____ SSP e CPF nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato social, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES

- 1.1. Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses para eventual e futura Aquisição Parcelada de Urnas Funerárias, preparação do corpo e/ou membros, traslados para atendimentos munícipes em vulnerabilidade social.
- 1.2. As aquisições ofertadas pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização.
- 1.3 Processo Interno 002/2.021, Pregão Presencial nº 02/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CARACTERÍSTICAS DOS OBJETOS E VALORES

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qtde.	VI. Unit.	VI. Total
------	-----------	-------	-------	-------	-----------	-----------



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

Valor Global						

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A entrega deverá ser efetuada imediatamente conforme **SOLICITAÇÃO** que será feita pelo Setor Responsável que estará agregado a este Fundo, conforme necessidade deste Fundo, devendo a entrega do referido material e/ou serviço prestado junto ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**, em qualquer dia e horário;

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES A SEREM EXIGIDAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA.

4.1. A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, bem como aplicáveis aos casos de subcontratação.

4.2. Durante a execução do contrato a **CONTRATADA** deverá:

- a) atender prontamente às solicitações do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** no fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações deste **CONTRATO**, de acordo com a necessidade desta Municipalidade, a partir da solicitação que será feita pelo Setor de Almoxarifado;
- b) entregar o material acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal discriminado o quantitativo do produto de acordo com as especificações técnicas;
- c) apresentar a nota fiscal de fornecimento juntamente com as Certidões de Regularidades Fiscal;
- d) substituir qualquer material que não esteja dentro dos padrões de qualidade, em bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade com as especificações da nota de empenho;
- e) indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS – FMAS** ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- f) manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste CONTRATO;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;
- h) comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado;
- i) responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente ao transporte, embalagem e seguro quando da entrega dos materiais.

4.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS**.

CLÁUSULA QUINTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS.

5.1. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta despesa, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com este Município.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Serão considerados para efeito de pagamento os materiais efetivamente entregues pela CONTRATADA e aprovados pelo servidor responsável pelo recebimento dos mesmos, em conjunto com a comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com este CONTRATO;

6.2. Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pelo recebimento dos materiais, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicável ao contrato;

7.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

7.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos adquiridos e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados;

7.4. processar e liquidar a fatura correspondente aos valores, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

7.5. Acompanhar, controlar e avaliar os materiais através da unidade responsável por esta atribuição;

7.6. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de ___ (____) meses a contar a partir da data da publicação.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Consoante Autorização de serviços da Diretoria de Orçamento, Administração e Finanças, a despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:13 - Fundo Municipal de Assistência Social de - FMAS;

PROGRAMAS:

13- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– FMAS;

13.17.08.244.1348.2.074 – Manutenção do Fundo Municipal de Ação Social;

13.17.08.244.1348.2.094 – Benefícios Eventuais;

Ficha; 000331 – Fonte: 0010.00.000 e 0701.00.000

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita; - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a vigência do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos produtos;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

10.2 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial;

10.4 Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante;

10.5 As reuniões, caso ocorram, serão documentadas em Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização do contrato e conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos devidos, serão efetuados conforme a entrega;

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os produtos discriminados, após a Solicitação de Fornecimento feita pela Divisão de Materiais;

11.3. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

11.4. O pagamento será efetuado até o **30º (trigéssimo)** dia útil podendo ser prorrogado por igual período, a partir do atesto da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento em conjunto com o Gestor do Contrato e a Diretoria de Compras, mediante depósito na conta bancária da contratada;

11.5. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado, sendo, rigorosamente, aquele descrito na nota de empenho. Na hipótese de entrega de produto divergente o pagamento ficará suspenso até a sua respectiva regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. Após a realização dos procedimentos licitatórios, será designado um servidor desta Corte de Contas, através de Portaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a classificada em primeiro lugar, poderá sujeitar às penalidades seguintes:



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- e) O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.
- f) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a proponente deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes.

13.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIATINS - FMAS** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei 8.666/93.

13.4. A inexecução total ou parcial do contrato poderá Administração, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.

13.5. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e Leis subsidiárias; sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

13.5.1 Cometer fraude fiscal;

13.5.2 Apresentar documento falso;

13.5.3. Fizer declaração falsa;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

13.5.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.5.5 Deixar de entregar a documentação exigida no certame.

13.5.6 Não mantiver a proposta.

13.5.7 Para os fins do item 13.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS TRIBUTOS

14.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social. Em caso algum, a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos do contrato; entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Goiatins/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1 O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação n° 002/2021 (Pregão Presencial SRP) e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Rege-se o presente contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/2013, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/93, e no processo em epígrafe.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ASSINATURAS

18.1. Assinam o presente contrato, a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Goiatins, Estado do Tocantins, bem como o representante da (s) empresa(s) vencedora (s).



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.531.807/0001-30
ADM: 2021/2024

Fundo Municipal de Assistência Social de Goiátins/TO
Ana Reis Lopes da Silva
CONTRATANTE

CONTRATADA
(nome da empresa)
(nome do representante)

TESTEMUNHAS:

1ª. _____

CPF n° _____

RG n° _____

2ª. _____

CPF n° _____

RG n° _____